

## PORTUGUÊS

Texto para as questões de 1 a 5.

O jogo mudou.

1 A ecologia deixou de ser assunto restrito \_\_\_\_\_ entusiastas e cientistas. O tema  
2 muitas vezes visto como árduo, no passado, agora ocupa \_\_\_\_\_ manchetes de jornais  
3 e, até, \_\_\_\_\_ colunas sociais.  
4 O que era chato ficou chique. Empresas, mídia, governo, bancos, astros de  
5 Hollywood e do Brasil passaram \_\_\_\_\_ discutir – com urgência – como fazer para  
6 salvar o homem do aquecimento global e melhorar a qualidade de vida na Terra. A  
7 noção de sustentabilidade – desenvolvimento que não compromete o futuro –  
8 começa a ganhar \_\_\_\_\_ ruas.  
9 O movimento *Planeta Sustentável* faz parte dessa corrente que pretende amenizar  
10 nosso impacto sobre o ambiente e tornar a convivência social cada vez mais  
11 civilizada.  
12 Este manual quer provar como é possível promover gestos que conduzirão a  
13 grandes mudanças se forem adotados por todos nós. Um bom começo é praticar os  
14 “três erres”: reduzir, reutilizar e reciclar. As dicas de informações que você vai ler  
15 aqui podem ser aplicadas no dia-a-dia agora mesmo, em sua própria casa, no  
16 trabalho, circulando pelas ruas e em sua vida pessoal.  
17 A luta pela sustentabilidade será vencida em diversas frentes – que vão da  
18 tecnologia à política. Mas em todas elas será preciso a mudança de hábitos pessoais.  
19 Este manual ensina como começar a modificar os seus. É preciso fazer algo. E  
20 devemos fazer já.

*Manual de Etiqueta Planeta Sustentável*. Editora Abril. São Paulo. 2007.

1) Completa correta e respectivamente as lacunas do texto, linhas 1, 2, 3, 5 e 8 as palavras da alternativa:

- (A) a – as – às – a – às
- (B) a – as – as – a – as
- (C) a – às – às – a – às
- (D) à – às – às – a – às
- (E) a – às – as – a – às

2) Segundo o texto, ecologia:

- (A) era um assunto que também interessava a entusiastas e cientistas.
- (B) é um assunto que só interessa a entusiastas e cientistas.
- (C) é um assunto que passou a interessar não só a entusiastas e cientistas.
- (D) era um assunto que não interessava a cientistas e entusiastas.
- (E) é um assunto que, hoje, só interessa à mídia.

3) Leia as propostas de modificação do texto.

- I - Acréscimo de artigo à preposição A que antecede o substantivo *entusiastas*, linha 1, e a repetição dessa combinação também antes de *cientistas*, respeitados os aspectos de concordância.
- II - Acréscimo de vírgulas antes e depois da expressão *muitas vezes*, linha 2.
- III - Substituição dos verbos *reduzir*, *reutilizar* e *reciclar*, linha 14, por substantivos derivados equivalentes semanticamente.
- IV - Acréscimo de vírgula antes de *será*, linha 17, já que aí se caracteriza uma situação de pontuação acessória.
- V - A exclusão do hífen na expressão *dia-a-dia*, linha 15.

Quais não interferem na correção e no sentido do texto?

- (A) I, II, III.
- (B) II, III, IV.
- (C) II, III, IV.
- (D) I, II, IV, V.
- (E) I, II, III, V.

4) Na construção de um texto, para que a coesão seja feita, usam-se elementos que estabelecem relações anafóricas e catafóricas. Assinale a alternativa em que a relação anafórica não está indicada corretamente.

- (A) *Que*, linha 7 – *desenvolvimento*, linha 7.
- (B) *Que*, linha 17 – *diversas frentes*, linha 17.
- (C) *Seus*, linha 19 – *mudança de hábitos sociais*, linha 18.
- (D) *Todas elas*, linha 18 – *diversas frentes*, linha 17.
- (E) *Assunto*, linha 1 – *ecologia*, linha 1.

5) Considere as propostas de modificação da pontuação do texto.

- I - Exclusão das vírgulas que isolam o adjunto adverbial *até*, linha 3.
- II - Substituição dos travessões por vírgulas, linhas 7.
- III - Substituição do ponto por vírgula depois de *algo*, linha 19, e a conseqüente substituição da letra maiúscula por minúscula.

Quais propostas mantêm a correção do texto?

- (A) Apenas I e III
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 6 A 10:

O que você precisa saber para fazer um planeta melhor.

Para começo de conversa, entenda \_\_\_\_\_ é tão importante reduzir o consumo de três \_\_\_\_\_ nos dias de hoje.

ÁGUA. Ela até cai do céu, mas é um recurso esgotável e raro em muitos lugares do mundo. Se em apenas cinco minutos você escovar os dentes com a torneira escancarada, 12 litros de água potável serão \_\_\_\_\_ .

ENERGIA ELÉTRICA. O consumo cada vez mais requer a construção de usinas hidrelétricas, e mais florestas vão desaparecer para dar lugar a elas. Acredite: o simples gesto de desligar as luzes dos ambientes quando estiverem vazios pode ajudar a evitar mais hidrelétricas.

COMBUSTÍVEIS. A queima dos fósseis, como o diesel e a gasolina, é a maior responsável pela emissão de gases do aquecimento global. Segundo o urbanista e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, “nas grandes cidades são produzidos 75% de todo o CO2 jogado na atmosfera”. Pense nisso antes de entrar no carro só para ir à padaria da esquina.

*Manual de Etiqueta Planeta Sustentável.* Editora Abril. São Paulo. 2007.

6) As lacunas do texto são preenchidas correta e respectivamente pelas palavras na alternativa:

- (A) porque – itens – imprescindível – desperdiçados
- (B) porque – itens – impressindível – desperdiçados
- (C) porque – itens – imprescindível – desperdiçados
- (D) por que – itens – imprescindível – desperdiçados
- (E) porque – itens – imprescindíveu – desperdiçados

7) Assinale a alternativa que apresenta um segmento sublinhado com a mesma função morfológica de SÓ, última linha do texto.

- (A) As pessoas devem estar alerta para a preservação do planeta.
- (B) Muitas vezes, estamos sós nas ações ecológicas.
- (C) Não há meias verdades nesse assunto.
- (D) Os cientistas têm idéias bastantes para amenizar o problema da destruição da natureza.
- (E) O consumo cada vez maior de energia requer a construção de mais hidrelétricas.

8) Leia as afirmativas abaixo.

- I - O recurso de coesão usado no *segmento* “Segundo o urbanista e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner,...” pode ser substituído sem qualquer tipo de prejuízo por *consoante*.
- II - Na expressão *queima dos fósseis*, a expressão preposicionada tem a mesma função sintática que a expressão preposicionada sublinhada em *responsável pela emissão de gases do aquecimento global*.
- III - Se a passagem *Segundo o urbanista e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, “nas grandes cidades são produzidos 75% de todo o CO2 jogado na atmosfera*. fosse transformada em discurso direto, uma das possibilidades de reescritura seria: *O urbanista e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner afirmou: “Nas grandes cidades são produzidos 75% de todo o CO2 jogado na atmosfera.”*
- IV - Os textos que compõem a correspondência oficial devem apresentar uma linguagem clara, direta, correta e sofisticada, para dar ao leitor a certeza do nível cultural de quem fez o texto.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, IV.
- (B) I, III, IV.
- (C) II, III, IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II, III.

9) Considere os períodos abaixo.

- I - Hão de se promover ações para salvar o planeta.
- II - Tomar-se-á atitudes eficientes para salvar o planeta.
- III - São os cientistas quem deve promover ações para salvar o planeta.
- IV - Há de se promover ações para salvar o planeta.

Estão corretos quanto à concordância:

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas II e IV.
- (C) apenas I e III.
- (D) apenas I, III e IV.
- (E) apenas II, III e IV.

10) Leia as afirmativas.

- I - O pronome ISSO, na combinação *nisso*, última linha do texto, refere-se ao que foi exposto no parágrafo.
- II - Se o fragmento *Se em apenas cinco minutos você escovar os dentes com a torneira escancarada(...)* for passado para a voz passiva, a forma verbal resultante dessa transformação será *forem escovados*.
- III - Se um ofício for dirigido a um deputado estadual, a forma de tratamento adequada será Vossa Excelência, mas a concordância, segundo o determinado pela língua culta, deverá ser feita na 2ª pessoa do plural.
- IV - Os substantivos *fósseis e combustíveis* são palavras que, no singular, não têm acento.

Estão corretas:

- (A) apenas I e III.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas I e IV.
- (D) apenas I e II.
- (E) apenas II, III e IV.

### **GRUPO I - DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL**

11) Considere as seguintes proposições:

- I - Os crimes omissivos nunca admitem indagação acerca da relação de causalidade.
- II - Para a teoria normativa pura, o conhecimento potencial da ilicitude constitui elemento autônomo da culpabilidade.
- III - Na tentativa qualificada, o agente não é punido.
- IV - As discriminantes putativas podem ocorrer tanto em relação a pressupostos fáticos como em relação à existência ou aos limites de uma justificante.

Corretas são apenas as alternativas

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

12) Considerando as seguintes proposições:

- I - O agente que comete crime contra patrimônio de ascendente nem sempre é isento de pena.
- II - O tipo penal de crime culposo pode ser fechado ou aberto.
- III - O agente que pratica fraude para obtenção de vantagem ilícita, ainda que a esta não reste potencialidade ofensiva, responde por estelionato e pelo crime de falso.
- IV - O crime de plágio não é contemplado no Código Penal.

- (A) Corretas são apenas as alternativas I e III.
- (B) Corretas são apenas as alternativas II e III.
- (C) Corretas são apenas as alternativas II e IV.
- (D) Corretas são apenas as alternativas I e IV.
- (E) Correta é apenas a alternativa I.

13) Considere as seguintes proposições:

- I - O princípio da insignificância constitui causa excludente da tipicidade penal.
- II - Em matéria de inimputabilidade, o indígena fica sujeito ao critério biopsicológico.
- III - A Constituição Federal consagrou a responsabilização penal das pessoas jurídicas para os crimes em geral.
- IV - A inexigibilidade de conduta diversa não é aceita pelo STJ como causa exculpante.
- V - O erro de tipo na maioria das vezes exclui o dolo.

Corretas são apenas as alternativas

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II, III e V.
- (E) II e V.

14) Assinale a alternativa correta.

- (A) A interpretação analógica é permitida somente para beneficiar o acusado.
- (B) No caso de o fato punível constituir delito autônomo, uma vez descaracterizado este, é possível o enquadramento do fato em outro tipo penal.
- (C) A edição de lei caracterizadora de *abolitio criminis* faz cessar os efeitos penais e os efeitos civis da sentença condenatória.
- (D) A prescrição da pretensão punitiva não tem conseqüências distintas da prescrição da pretensão executória.
- (E) A Constituição Federal permite a edição de Medida Provisória em matéria penal, somente nos casos em que houver relevância e urgência.

15) Jorge, sob grave ameaça, ao ver apontados contra si dois revólveres empunhados por dois agentes delituosos, teve subtraídos bens próprios e de terceiros que ele guardava.

Considerando a assertiva, assinale a alternativa correta. Trata-se de

- (A) concurso formal de roubos.
- (B) um único crime de roubo com uma qualificadora.
- (C) concurso material de roubos.
- (D) um único crime de roubo, mas duplamente qualificado.
- (E) roubo continuado.

16) Quanto ao crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.

- (A) No perdimento de bens objeto de crime em favor da União, não pode ser excepcionado direito de terceiro, visto que o crime em questão pode ser praticado por pessoa diversa daquela da qual provém o bem produto da lavagem.
- (B) O dinheiro obtido por meio da prática de crime contra a ordem tributária enseja a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.
- (C) Constitui efeito da condenação a interdição da função pública pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade aplicada.
- (D) A condenação pelo crime de lavagem de dinheiro não impede a condenação da mesma pessoa pela prática do crime antecedente que propiciou o dinheiro objeto da “lavagem”.
- (E) A condenação pelo crime de lavagem de dinheiro impede a condenação da mesma pessoa pela prática do crime antecedente que propiciou o dinheiro objeto da “lavagem”, por tratar-se de *bis in idem*, proscrito no Direito Penal.

17) Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a reincidência influi no prazo de prescrição da pretensão punitiva.
- (B) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, mas subsistem certos efeitos condenatórios.
- (C) A pronúncia deve ser considerada como causa interruptiva da prescrição, ainda que haja desclassificação do crime pelo Tribunal do Júri.
- (D) A cominação cumulativa, em lei especial, de penas privativas de liberdade e pecuniária, não impede a substituição da prisão por multa.
- (E) O erro de tipo corresponde ao antigo erro de fato.

18) Assinale a alternativa correta.

- (A) A impunidade do menor de 18 anos atende ao critério biopsicológico.
- (B) A punição do intermediador, no jogo do bicho, independe da identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
- (C) O erro de proibição exclui o dolo, mas permite a punição por culpa.
- (D) O crime de extorsão não se consuma independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- (E) A tentativa de contravenção penal segue a mesma regra da tentativa de crime.

19) Assinale a alternativa correta.

- (A) No que diz respeito ao crime de perigo de dano, previsto no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, houve derrogação do art. 32 da Lei das Contravenções Penais.
- (B) Constitui crime de moeda falsa a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado.
- (C) Para obtenção do benefício de saída temporária, e somente neste caso, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.
- (D) Não se aplica o § 3º do art. 171 do CP em hipótese de crime contra entidade autárquica, por ausência de previsão expressa.
- (E) Crime contra o patrimônio de ascendente praticado sem violência e grave ameaça, quando praticado contra ascendente, sempre isenta o agente de pena.

20) Assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o mesmo bem jurídico atingido, o crime continuado é admitido em qualquer espécie delituosa.
- (B) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para concessão de outros benefícios, como livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- (C) As condições de caráter pessoal não podem-se comunicar ao co-autor de crime.
- (D) O prefeito municipal, após a extinção do mandato, não continua sujeito a processo por crime previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67.
- (E) As discriminantes putativas não são previstas de forma expressa pelo Código Penal brasileiro.

21) Assinale a alternativa correta.

O tipo omissivo não se aperfeiçoa na hipótese de

- (A) o agente não ter o poder de agir.
- (B) o agente não ser o garantidor.
- (C) o tipo não descrever um comportamento de não-fazer.
- (D) não haver prejuízo efetivo de terceiro.
- (E) o garantidor estar com medo de enfrentar o perigo.

22) Assinale a alternativa correta.

Para a consumação do crime de latrocínio, é indispensável

- (A) o concurso de pessoas, a fim de garantir o êxito da perpetração delituosa.
- (B) o intuito de lucro do agente delituoso.
- (C) apenas a subtração, se a vítima vier a morrer de caso fortuito.
- (D) o resultado morte e a efetiva subtração.
- (E) o resultado morte, ainda que a subtração não se efetive.

23) Assinale a alternativa correta.

A, na condição de agente diplomático – adido cultural – comete fato descrito como crime no Brasil. No que concerne à responsabilidade penal,

- (A) aplica-se a lei penal brasileira, sujeitando-se A, em princípio, ao processo criminal no Brasil.
- (B) é isento de pena.
- (C) é beneficiado com escusa absolutória.
- (D) há exclusão de jurisdição.
- (E) há incompetência absoluta.

24) Assinale a alternativa correta.

Jorge acerta com Leandro que às 3h passaria por determinado local para garantir lhe a fuga do furto que Leandro realizaria em uma residência. Consumado o delito com as características mencionadas,

- (A) Jorge e Leandro são co-autores de furto qualificado.
- (B) Jorge e Leandro são co-autores de furto simples.
- (C) Jorge é instigador e partícipe do crime.
- (D) Leandro comete o crime de favorecimento pessoal.
- (E) Leandro comete o crime de favorecimento real.

25) Considere as seguintes assertivas.

- I - No caso de regressão da medida sócio-educativa imposta a menor infrator, é necessária sua oitiva antes da decretação.
- II - A prescrição penal possui prazo diferenciado para o agente menor de 21 (vinte e um) anos, ao tempo do crime.
- III - As causas interruptivas da prescrição equivalem às causas impeditivas da prescrição.
- IV - No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena unificada.

Estão corretas as alternativas

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III
- (E) III e IV.

26) Aponte a resposta correta.

- (A) A figura do assistente somente é admitida após o início da ação penal, podendo habilitar-se no processo enquanto não for proferida a sentença.
- (B) a figura do assistente somente é admitida após o início da ação penal, podendo habilitar-se no processo enquanto não transitar em julgado a sentença.
- (C) A figura do assistente é sempre admitida já na fase de investigação criminal, podendo habilitar-se no processo enquanto não for proferida a sentença.
- (D) A figura do assistente é sempre admitida já na fase de investigação criminal, podendo habilitar-se no processo enquanto não transitar em julgado a sentença.
- (E) A figura do assistente é admitida excepcionalmente na fase de investigação criminal, podendo habilitar-se no processo enquanto não transitar em julgado a sentença.

27) Aponte a resposta correta.

O processo relativo aos crimes de responsabilidade praticados por Prefeitos é de

- (A) natureza comum, mas, antes de receber a denúncia, deve o juiz ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de 03 dias.
- (B) natureza comum, mas, antes de receber a denúncia, deve o juiz ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de 05 dias.
- (C) é de natureza sumária, mas, antes de receber a denúncia, deve o juiz ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de 03 dias.
- (D) natureza sumária, mas, antes de receber a denúncia, deve o juiz ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de 05 dias.
- (E) natureza sumária, devendo o juiz, após o recebimento da denúncia, ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de 03 dias.

28) Marque a assertiva correta.

De acordo com o Decreto-Lei nº 201/67, no processo relativo aos crimes de responsabilidade praticados por prefeitos,

- (A) somente são admitidos, como assistentes da acusação, os órgãos federais interessados na apuração da responsabilidade do acusado.
- (B) somente são admitidos, como assistentes da acusação, os órgãos federais e estaduais interessados na apuração da responsabilidade do acusado.
- (C) são admitidos, como assistentes da acusação, os órgãos federais, estaduais e municipais interessados na apuração da responsabilidade do acusado.
- (D) somente são admitidos, como assistentes da acusação, os órgãos municipais interessados na apuração da responsabilidade do acusado.
- (E) os órgãos federais, estaduais e municipais, mesmo quando interessados na apuração da responsabilidade do acusado, não são admitidos como assistentes de acusação.

29) Marque a assertiva correta.

De acordo com o Decreto-Lei nº 201/67, do despacho, concessivo ou denegatório, de prisão preventiva do acusado caberá

- (A) recurso de apelação, no prazo de 5 dias, a ser processado em autos apartados.
- (B) recurso de apelação, no prazo de 5 dias, a ser processado nos próprios autos da ação penal.
- (C) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias, a ser processado em autos apartados.
- (D) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias, a ser processado nos próprios autos da ação penal.
- (E) recurso de apelação, no prazo de 10 dias, a ser processado em autos apartados.

30) Marque a assertiva correta.

De acordo com a Lei nº 11.101/2005, aplicar-se-á

- (A) o rito sumário, previsto no Código de Processo Penal, somente em relação aos crimes punidos com pena de detenção.
- (B) o rito sumário, previsto no Código de Processo Penal, em relação aos crimes punidos com pena de reclusão e detenção.
- (C) o rito sumário, previsto no Código de Processo Penal, somente em relação aos crimes punidos com pena de reclusão.
- (D) o rito comum, previsto no Código de Processo Penal, somente em relação aos crimes punidos com pena de reclusão.
- (E) o rito comum, previsto no Código de Processo Penal, em relação aos crimes punidos com pena de reclusão e detenção.

31) Marque a assertiva correta.

De acordo com a Lei de Falências,

- (A) somente o credor habilitado poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo de 06 meses.
- (B) somente o administrador judicial poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo de 06 meses.
- (C) qualquer credor e o administrador judicial poderão oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo de 06 meses.
- (D) qualquer credor habilitado e o administrador judicial poderão oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo de 06 meses.
- (E) qualquer credor e o administrador judicial poderão oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo de 03 meses.

32) Marque a assertiva correta.

De acordo com a Lei de Imprensa, o crime de calúnia,

- (A) cometido contra funcionário público, no exercício de suas funções, será processado mediante ação penal pública incondicionada.
- (B) cometido contra Ministro de Estado, será processado mediante ação penal pública incondicionada.
- (C) cometido contra Ministro de Estado, será processado mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- (D) cometido contra chefe de Estado ou governo estrangeiro, será processado mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- (E) cometido contra chefe de Estado ou governo estrangeiro, será processado mediante ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

33) Marque a assertiva correta.

De acordo com a Lei de Imprensa, nos crimes cometidos por meio de jornal ou periódico, o lugar do delito, para a determinação da competência territorial,

- (A) será unicamente o da residência da vítima, excetuada a hipótese do artigo 85 do Código de Processo Penal.
- (B) será o da primeira veiculação da notícia ofensiva à honra da vítima, excetuada a hipótese do artigo 85 do Código de Processo Penal.
- (C) será unicamente o da sucursal da agência noticiosa mais próxima à residência da vítima, excetuada a hipótese do artigo 85 do Código de Processo Penal.
- (D) será aquele em que for impresso o jornal ou periódico, bem como o da administração principal da agência noticiosa, excetuada a hipótese do artigo 85 do Código de Processo Penal.
- (E) será unicamente o da sua distribuição ou venda, excetuada a hipótese do artigo 85 do Código de Processo Penal.

- 34) De acordo com a Lei de Trânsito, é correto afirmar que a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a permissão de sua obtenção poderá ser decretada cautelarmente pelo juiz,
- (A) somente após o ajuizamento da ação penal, e mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, a fim de garantir a ordem pública.
  - (B) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal, somente mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, a fim de garantir a ordem pública.
  - (C) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal, de ofício, mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, a fim de garantir a ordem pública.
  - (D) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal, de ofício, mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, a fim de garantir a aplicação da lei penal.
  - (E) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal, somente mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, a fim de garantir a aplicação da lei penal.
- 35) De acordo com a Lei nº. 11.343/06, é correto afirmar que
- (A) o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 dessa lei serão sempre de competência da Justiça Federal.
  - (B) o tráfico de drogas transnacional, praticado nos Municípios que não sejam sede de vara federal, serão processados e julgados na sede do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
  - (C) o tráfico de drogas transnacional, praticado nos Municípios que não sejam sede de vara federal, serão processados e julgados na vara federal da capital deste Estado.
  - (D) o tráfico de drogas transnacional, praticado nos Municípios que não sejam sede de vara federal, serão processados e julgados na vara federal da circunscrição respectiva.
  - (E) o tráfico de drogas transnacional, praticado nos Municípios que não sejam sede de vara federal, serão processados e julgados na vara estadual.
- 36) De acordo com a Lei nº. 11.343/06, é correto afirmar que os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos naquela lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia
- (A) da autoridade judiciária.
  - (B) da polícia judiciária.
  - (C) do Ministério Público.
  - (D) do poder judiciário, exceto as armas, que serão recolhidas de acordo com a norma específica.
  - (E) da autoridade de polícia judiciária, exceto as armas, que serão recolhidas de acordo com a norma específica.

37) De acordo com a Lei nº 11.343/06, é correto afirmar que,

- (A) no processamento dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 a 37, o simples recebimento da denúncia ajuizada contra funcionário público impõe o seu pronto afastamento da atividade pública que desempenha.
- (B) no processamento dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 a 37, o simples recebimento da denúncia ajuizada contra funcionário público impõe a sua pronta exoneração da atividade pública que desempenha.
- (C) nos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 a 37, deve o promotor de justiça, ao receber os autos do inquérito policial no qual funcionário público figura como indiciado, de ofício determinar, ao órgão em que este último presta suas atividades, que proceda a sua imediata exoneração.
- (D) no processamento dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 a 37, pode o juiz, ao receber a denúncia em que figura funcionário público como acusado, decretar, em decisão fundamentada, o seu afastamento cautelar da atividade pública que desempenha.
- (E) nos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 a 37, pode o promotor de justiça, ao receber inquérito policial onde funcionário público figura como indiciado, decretar o imediato afastamento deste último da atividade pública que desempenha.

38) De acordo com a Lei nº. 9.099/1995, é correto afirmar que,

- (A) obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal. O não-oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.
- (B) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal. O não-oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito.
- (C) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal. O não-oferecimento da representação na audiência preliminar implica prescrição do direito.
- (D) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal. O não-oferecimento da representação na audiência preliminar implica renúncia ao direito de representar.
- (E) obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal. O não-oferecimento da representação na audiência preliminar implica preempção do direito.

39) De acordo com a Lei nº. 9.099/1995, é correto afirmar que os embargos de declaração serão opostos

- (A) por escrito ou oralmente, no prazo de 5 dias, contados da ciência da decisão.
- (B) somente por escrito, no prazo de 5 dias, contados da ciência da decisão.
- (C) somente oralmente, no prazo de 2 dias, contados da ciência da decisão.
- (D) por escrito ou oralmente, no prazo de 2 dias, contados da ciência da decisão.
- (E) somente por escrito, no prazo de 2 dias, contados da ciência da decisão.

40) No que diz respeito à Lei nº. 9.099/1995, é correto afirmar que

- (A) da rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que poderá se julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado.
- (B) a apelação será interposta no prazo de 5 dias.
- (C) tratando-se de ação penal privada ou ação penal pública condicionada, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (D) o recorrido será intimado para oferecer resposta escrita, no prazo de 8 dias, quando o réu estiver preso.
- (E) a apelação será interposta no prazo de 10 dias.

## **GRUPO II – DIREITO CIVIL; DIREITO EMPRESARIAL E FALIMENTAR E PROCESSO CIVIL**

41) O Código Civil brasileiro de 2002, assim como o de 1916, contém uma Parte Geral e outra Especial. Tendo em vista essa afirmação, aponte a assertiva correta.

- (A) Este modelo brasileiro é único e utilizado exclusivamente em nosso país.
- (B) O legislador de 1916, seguido pelo de 2002, inspirou-se nas Institutas do *Corpus Juris Civilis* para dividir desta forma o Código Civil.
- (C) Nenhum outro Código Civil atual tem uma Parte Geral.
- (D) O Código Napoleão de 1804 modelo inspirador do Código Civil brasileiro de 2002, contém uma Parte Geral e um Título Preliminar.
- (E) Somente o Código Civil é dotado de uma Parte Geral.

42) Assinale a assertiva correta.

- (A) A anulação do casamento de menor, que não atingiu a idade núbil, não é passível de confirmação.
- (B) São de natureza prescricional os prazos para a anulação do casamento.
- (C) O casamento nulo, em nenhuma hipótese, produzirá efeitos.
- (D) Não é passível de anulação por motivo de idade de casamento de menor em que sobreveio gravidez.
- (E) A mulher maior de cinquenta anos só poderá casar pelo regime da separação absoluta de bens.

43) Aponte a distinção entre ato *stricto sensu* e negócio jurídico:

- (A) Nos atos *stricto sensu* os efeitos são *ex lege*, enquanto no negócio jurídico eles podem ser fixados pelas partes, desde que respeitem os limites da ordem jurídica e dos bons costumes .
- (B) Nos atos *stricto sensu*, não se requer vontade qualificada, enquanto nos negócios jurídicos ela é exigida .
- (C) Nos atos *stricto sensu*, os efeitos são os fixados pelas partes, e no negócio jurídico eles decorrem da lei .
- (D) Nos negócios jurídicos, a autonomia privada é plena, enquanto no ato *stricto sensu* ela é restrita.
- (E) Os atos *stricto sensu* podem ser unilaterais ou bilaterais, o negócio jurídico é sempre bilateral .

44) Em relação à prescrição e à decadência, assinale a assertiva correta.

- (A) O protesto cambial interrompe a prescrição.
- (B) Não tendo sido alegada no primeiro grau, a prescrição não poderá ser invocada no segundo grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (C) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos demais credores apenas em sendo a obrigação divisível.
- (D) Os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes.
- (E) Na decadência convencional, o juiz pode suprir a alegação, se a parte a quem ela aproveita não o fez em nenhum dos graus de jurisdição.

45) Aponte a assertiva correta.

- (A) O absolutamente incapaz tem capacidade de direito.
- (B) Somente os cidadãos nacionais do Estado têm capacidade de exercício de direito.
- (C) Os pródigos não têm capacidade de exercício de direito.
- (D) Capacidade e legitimidade para os atos da vida civil são expressões sinônimas.
- (E) A capacidade para o trabalho é um direito de caráter universal.

46) Aponte a assertiva correta.

- (A) O comerciante somente é responsável por danos ao consumidor decorrentes de fabricação quando o produto não contiver a identificação clara do seu fabricante.
- (B) As cláusulas abusivas em contratos de consumo são anuláveis.
- (C) As cláusulas-surpresa são proibidas no Código de Defesa do Consumidor.
- (D) Os profissionais liberais respondem objetivamente pelos defeitos da prestação de serviço.
- (E) A falta de informação no produto acarreta a responsabilidade fundada na culpa do fabricante.

47) O contrato de locação de coisas é qualificado como

- (A) contrato real, pois tem como objeto a transferência do bem locado ao locatário .
- (B) personalíssimo.
- (C) consensual.
- (D) instantâneo.
- (E) comercial.

48) Qualquer pessoa, de acordo com o disposto no artigo 1 293 do CC, pode construir canais através de prédios alheios, para receber as águas a que tenha direito. Quanto à afirmativa acima, é correto afirmar que

- (A) o proprietário prejudicado não pode exigir que a canalização seja subterrânea.
- (B) o proprietário prejudicado não tem direito à indenização pela construção dos canais, pois a água é um bem necessário a todos.
- (C) o legislador permite a construção de canais para canalização de águas, seja qual for a finalidade ou utilização dessas águas, pelo construtor.
- (D) o proprietário tem direito à indenização apenas pelos danos produzidos pela construção do canal, nada mais podendo pleitear.
- (E) as águas canalizadas devem ter como finalidade as primeiras necessidades da vida e, em época de seca, a dessedentação dos animais.

49) No referente às normas jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) em relação a sua forma, as normas jurídicas são cogentes ou dispositivas.
- (B) em relação a sua obrigatoriedade são rígidas e elásticas.
- (C) as normas supletivas são espécie de normas dispositivas.
- (D) as normas do CDC são consideradas normas gerais.
- (E) em relação à sanção pelo seu descumprimento, as chamadas normas mais-que-perfeitas são aquelas que punem exemplarmente os seus infratores.

50) Questões relativas ao tema falência.

Com relação à legitimidade ativa para requerer a falência, aponte a alternativa correta.

- (A) O credor sem domicílio no Brasil não pode requerer a falência de seu devedor.
- (B) O credor com garantia real pode requerer a falência de seu devedor, sem dela abrir mão.
- (C) O credor privilegiado trabalhista não pode requerer a falência de seu empregador.
- (D) O cônjuge sobrevivente do empresário individual, falecido em situação de falência, não pode requerer a falência do espólio.
- (E) O acionista da sociedade por ações não está autorizado a requerer a falência da sociedade da qual participa.

51) Aponte, dentre as alternativas apresentadas, aquela considerada correta.

- (A) Até dois anos antes da declaração de falência são reputadas ineficazes a constituição de usufruto, de servidão e a remissão de dívida pelo devedor.
- (B) A inscrição no órgão de registro público de empresa por quem exerce atividade econômica não constitui requisito para requerer a homologação da recuperação extrajudicial.
- (C) As cooperativas de crédito podem ser sujeitas à falência.
- (D) O favorecimento de apenas um credor pelo devedor em processo de falência não constitui delito.
- (E) Qualquer tipo de sociedade empresária está sujeito ao processo de recuperação judicial, inclusive as instituições financeiras, públicas ou privadas.

52) Com relação ao Direito de Empresa, regulado no Código Civil, assinale a assertiva correta.

- (A) O empresário casado pode, sob qualquer regime de bens, gravar de ônus real os bens imóveis da empresa, sem necessidade de outorga uxória.
- (B) É facultado aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que seu regime de bens seja o da comunhão universal de bens ou o da separação absoluta.
- (C) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado apenas ao empresário rural, no tocante à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- (D) Pactos e declarações antenupciais do empresário não necessitam ser registrados no Registro Público de Empresas.
- (E) O menor de 18 anos, em nenhuma hipótese, pode ser empresário.

53) Aponte a assertiva correta.

- (A) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por qualquer modo.
- (B) Maior de 16 e menor de 18 empresário tem direito ao pedido de recuperação judicial, uma vez devidamente assistido .
- (C) Existindo pacto limitativo de poderes dos sócios, relativamente a atos de gestão, ele terá eficácia plena em relação a terceiros.
- (D) A constituição de sociedade em conta de participação exige registro para ser provada.
- (E) A sociedade simples é também sociedade empresária.

54) Assinale a alternativa correta.

- (A) Seja o litisconsórcio simples ou unitário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- (B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo ou necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- (C) Ofende o direito fundamental ao juízo natural a formação de litisconsórcio facultativo ulterior ativo depois de concedida antecipação de tutela a favor da parte autora.
- (D) Conta-se em dobro o prazo para recorrer no caso de litisconsortes com procuradores diferentes, inclusive se apenas um deles sucumbiu no processo.
- (E) Não há possibilidade de litisconsórcio pela simples afinidade de questões comuns de fato ou de direito entre as partes.

55) Assinale a alternativa correta.

- (A) A cognição no processo de mandado de segurança é *secundum eventum probationis*.
- (B) A cognição no processo de mandado de segurança é *secundum eventum defensionis*.
- (C) A cognição no processo de mandado de segurança é parcial do ponto de vista horizontal, e sumária, do ponto de vista vertical em todas as fases do processo.
- (D) A sentença no processo de mandado de segurança jamais faz coisa julgada material.
- (E) A sentença no processo de mandado de segurança sempre faz coisa julgada material.

56) Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público tem apenas legitimidade subsidiária para propor a ação de interdição.
- (B) O Ministério Público tem de funcionar como *custos legis* nas causas em que fique evidenciado o interesse público primário, sendo dispensável a sua participação nas causas em que há simplesmente interesse público secundário.
- (C) O Ministério tem de funcionar como *custos legis* nas causas em que fique evidenciado o interesse público, pouco importando se primário ou secundário.
- (D) O Ministério Público, em qualquer hipótese, tem legitimidade principal para propor a ação de interdição.
- (E) Nas causas envolvendo disposições de última vontade – como a abertura de codicilo –, é dispensável a participação do Ministério Público como *custos legis*.

57) Assinale a alternativa correta.

- (A) A ação, no Código Reformado, pode ser conceituada ainda como direito ao processo e a um julgamento de mérito, tal como no Código Buzaid.
- (B) A teoria a respeito da conformação da causa de pedir adotada pelo Código de Processo Civil é a teoria da individualização.
- (C) A causa de pedir é o objeto da ação, é a razão pela qual o demandante vai a juízo.
- (D) A ação, no Código Reformado, tem de ser compreendida como direito ao formulado pedido certo e determinado, tanto o autor como o réu têm interesse recursal em argüir o vício da sentença ilícida.
- (E) Formulado pedido certo e determinado, tanto o autor como o réu têm interesse recursal em argüir o vício da sentença ilícida.

58) Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347, de 1985) e o Título III do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.038, de 1990) constituem, no seu conjunto, verdadeiro sistema processual de tutela coletiva de direitos e tutela de direitos coletivos.
- (B) A ação civil pública serve apenas para tutela contra o dano, jamais se prestando à tutela contra o ilícito.
- (C) A ação civil pública não se presta para obtenção de tutela de remoção do ilícito.
- (D) É juridicamente impossível, tendo em conta a inexistência de previsão legal específica na Lei n. 7.347, de 1985, o pedido de antecipação de tutela em ação civil pública, sendo possível apenas a postulação de tutela cautelar.
- (E) A competência para propositura de ação civil pública é do local do dano, fixada em função do critério territorial.

59) Assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela inibitória em nada se distingue da tutela cautelar.
- (B) A tutela reparatória equivale sempre à tutela pelo equivalente monetário.
- (C) Tutela específica é sinônimo de tutela inibitória.
- (D) A tutela de remoção do ilícito constitui tutela repressiva do ilícito.
- (E) A tutela inibitória constitui tutela repressiva do ilícito.

60) Assinale a alternativa correta.

- (A) A repercussão geral é uma questão de mérito do recurso extraordinário.
- (B) Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- (C) Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- (D) Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
- (E) É cabível recurso extraordinário, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de decisão proferida por turma recursal de juizado especial cível.

**GRUPO III - DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO ELEITORAL;  
DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITOS  
HUMANOS**

61) Segundo a doutrina, as constituições podem ser classificadas como

- (A) dogmáticas, quando resultantes de longa e progressiva formação histórica, fruto da evolução das tradições e costumes sociais e culturais de um povo.
- (B) outorgadas, quando originárias de um órgão constituinte, formado por representantes do povo.
- (C) costumeiras, quando elaboradas por um órgão constituinte, sistematiza as idéias políticas ou dogmas fundamentais do momento.
- (D) rígidas, quando somente podem ser alteradas por um processo legislativo mais dificultoso e solene, diferenciado daquele da legislatura ordinária.
- (E) flexíveis, quando formadas por normas que estabelecem a estrutura do estado e normas que estabelecem programas governamentais (programáticas).

62) A proposta de emenda à Constituição

- (A) será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em um só turno de votação, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros de cada uma delas.
- (B) após aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, será enviada ao Presidente da República que, aquiescendo, a sancionará.
- (C) pode ser apresentada por iniciativa popular.
- (D) será promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Senado Federal, em sessão conjunta.
- (E) pode ser apresentada pelo Presidente da República.

63) Assinale a assertiva correta.

- (A) Denomina-se nacionalidade primária aquela que resulta do fato nascimento.
- (B) A nacionalidade secundária, também chamada de adquirida, resulta ou do nascimento ou de manifestação de vontade (voluntária).
- (C) No sistema constitucional brasileiro todo o nacional (nato ou naturalizado) será considerado cidadão.
- (D) A Constituição Federal de 1988 adota como modo de aquisição da nacionalidade o critério da origem sangüínea, ou *ius sanguinis*.
- (E) O brasileiro, nato ou naturalizado, não pode, em hipótese alguma, ser extraditado.

64) A Constituição brasileira adota um sistema complexo de repartição de competências entre os entes federativos. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) as normas federais possuem hierarquia normativa superior às normas estaduais e municipais.
- (B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.
- (C) a competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (E) compete ao Distrito Federal legislar organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal, bem como sobre a organização administrativa destes.

65) São legitimados para propor a edição de enunciado de Súmula Vinculante:

- (A) o Presidente da República, o Advogado-Geral da União e partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- (B) o Procurador-Geral da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos Municipais.
- (C) a Mesa do Senado Federal e o Defensor Público-Geral da União.
- (D) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.
- (E) Mesa de Assembléia Legislativa, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou Mesa da Câmara de Vereadores.

- 66) Sobre o controle direto ou concentrado de constitucionalidade pode-se afirmar que
- (A) a ação direta de inconstitucionalidade, proposta perante o Supremo Tribunal Federal, poderá ter por objeto leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais, enquanto a ação declaratória de constitucionalidade apenas pode ter por objeto leis ou atos normativos federais.
  - (B) O Advogado-Geral da União obrigatoriamente será ouvido, tanto na ação direta de inconstitucionalidade, quanto na ação declaratória de constitucionalidade, bem como na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
  - (D) em face da natureza objetiva do processo, na ação direta de inconstitucionalidade não se admite a desistência.
  - (D) os partidos políticos com representação no Congresso Nacional detêm legitimidade ativa para a ação direta de inconstitucionalidade, desde que demonstrado o vínculo de pertinência temática.
  - (E) a decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade produz eficácia contra todo o efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário, da Administração Pública e do Poder Legislativo.
- 67) Assinale a alternativa correta.
- (A) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
  - (B) Nos crimes de responsabilidade serão julgados pelo Senado Federal o Presidente da República, o Advogado-Geral da União e os membros dos Tribunais Superiores.
  - (C) O Governador de Estados, nas infrações penais comuns é julgado pelo Tribunal de Justiça.
  - (D) Os Prefeitos Municipais são julgados pelo Tribunal de Justiça, inclusive nos crimes eleitorais.
  - (E) O Presidente da República não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- 68) De acordo com a Constituição do Estado do Mato Grosso:
- (A) o Poder Legislativo Estadual possui somente autonomia funcional e administrativa.
  - (B) nas matérias de competência do Estado é indispensável a aquiescência do Governador para os projetos de leis advindos da Assembléia Legislativa.
  - (C) perde o mandato deputado estadual investido no cargo de Secretário do Estado.
  - (D) a organização do Ministério Público Estadual é regulada por lei ordinária.
  - (E) as matérias reservadas à legislação complementar não podem ser objeto de delegação ao Governador do Estado.

- 69) A Constituição Federal prevê sanções aplicáveis aos agentes públicos para os atos de improbidade administrativa. A Lei nº 8.429/92 dispõe sobre a ação de improbidade. Neste contexto, assinale a assertiva correta.
- (A) Serão punidos com as sanções estabelecidas na Lei nº 8.429/92 apenas os agentes públicos, sejam eles servidores ou não.
  - (B) A ação de improbidade tem natureza penal, devendo o juiz levar em conta, na fixação das penas, a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.
  - (C) A ação de improbidade é imprescritível, por disposição constitucional.
  - (D) Dentre as penas previstas para a improbidade administrativa, encontram-se a perda da função pública, a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário, a cassação dos direitos políticos e multa.
  - (E) Julgada procedente a ação de improbidade e decretada a perda dos bens havidos ilícitamente, a reversão dos bens será feita em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
- 70) A Constituição Federal de 1988, ao tratar sobre a responsabilidade civil do Estado,
- (A) admite a responsabilidade por atos lícitos ou ilícitos, omissivos ou comissivos.
  - (B) adota a teoria do risco integral.
  - (C) exige a presença da culpa do agente público.
  - (D) não se aplica às concessionárias de serviço público.
  - (E) será objetiva para o ente público e não admite ação regressiva contra o agente que praticou o ato danoso.
- 71) As obras, os serviços, as compras e as alienações da Administração Pública exigem processo de licitação pública, devendo-se observar que
- (A) a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, mas admite-se, como critério de desempate, preferência à contratação de brasileiros natos ou naturalizados.
  - (B) o procedimento licitatório se caracteriza como ato administrativo de natureza informal.
  - (C) a modalidade concorrência pode ser utilizada para casos em que cabível a tomada de preços e o convite.
  - (D) será inexigível a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública.
  - (E) leilão é modalidade de licitação para a venda de bens imóveis inservíveis para a Administração.

72) Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) Os cargos, os empregos e as funções públicos não são acessíveis aos estrangeiros.
- (C) A investidura em cargo, emprego ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público.
- (D) É vedada a acumulação de cargos públicos, admitindo-se exceções, dentre as quais a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) Não se admite contratação por tempo determinado.

73) Os contratos administrativos clássicos têm, entre outras, as seguintes características:

- (A) a preponderância do interesse público, a alteração unilateral motivada por parte da Administração Pública e o direito/dever de fiscalização dessa mesma Administração.
- (B) a imposição de sanções – sem a oitiva do interessado - pela Administração em qualquer hipótese de descumprimento contratual, a alteração unilateral não motivada pela Administração Pública e a impossibilidade de rescisão unilateral sem motivos por qualquer uma das partes.
- (C) a conjugação entre o interesse público e o privado, o fato de um contrato somente poder ser alterado mediante anuência das partes e a alteração unilateral não motivada pela Administração Pública.
- (D) a preponderância do interesse público, a alteração unilateral não motivada pela Administração Pública e a possibilidade de rescisão unilateral pelo contratado.
- (E) a necessidade de oitiva do interessado na hipótese de sanção – pela Administração Pública – por atraso no cumprimento do contrato, o direito/dever de fiscalização dessa mesma Administração e a rescisão unilateral imotivada por qualquer uma das partes.

74) Sobre os bens públicos é correto afirmar que

- (A) a concessão de uso tem caráter precário.
- (B) a permissão de uso pode ser utilizada para qualquer bem público.
- (C) a autorização de uso é destinada para bens públicos de uso especial.
- (D) a cessão de uso é onerosa.
- (E) os bens da União não podem ser locados.

75) Sobre a inelegibilidade, é correto afirmar que

- (A) Lei Ordinária poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade, que não aqueles expressamente previstos na Constituição Federal.
- (B) o militar, em qualquer situação, é elegível.
- (C) será inelegível, para o cargo de presidente da república, o filho de governador estadual.
- (D) será elegível, para o cargo de deputado federal, o filho de prefeito municipal.
- (E) são inelegíveis os analfabetos e brasileiros naturalizados.

76) Sobre os partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não possuem personalidade jurídica, sendo entes despersonalizados.
- (B) Somente adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) Têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- (D) Têm assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, mas deve obedecer às normas de disciplina e fidelidade partidária impostas por lei.
- (E) O funcionamento parlamentar será estabelecido nos respectivos estatutos.

77) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou os aumentou. O princípio da anterioridade tributária não se aplica aos seguintes tributos:

- (A) empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (B) impostos extraordinários, imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) imposto sobre grandes fortunas, imposto sobre propriedade territorial rural e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- (D) impostos extraordinários, empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e imposto sobre propriedade territorial rural.
- (E) imposto sobre grandes fortunas, imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.

- 78) Sobre interpretação e integração da legislação tributária, assinale a assertiva correta.
- (A) É possível utilizar-se da analogia, da equidade e do princípio da aplicabilidade imediata.
  - (B) Emprega-se a equidade mesmo quando resulte em dispensa do pagamento de tributo devido.
  - (C) Aplica-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção.
  - (D) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos quando mais favorável ao acusado.
  - (E) É possível a utilização dos princípios gerais de direito privado para definição de efeitos tributários.
- 79) Em face da Constituição Federal é possível afirmar que os tratados internacionais
- (A) têm hierarquia de lei ordinária, independentemente da matéria.
  - (B) sobre direitos humanos têm um tratamento especial.
  - (C) sobre direitos humanos ingressam de forma direta e imediata no ordenamento jurídico interno.
  - (D) serão equivalentes as normas constitucionais.
  - (E) têm hierarquia supralegal.
- 80) Sobre os direitos humanos, assinale a alternativa correta.
- (A) Têm como características a universalidade, a historicidade e a indivisibilidade.
  - (B) Conceituam-se como posições jurídicas reconhecidas pela ordem jurídico-constitucional de cada Estado soberano.
  - (C) Sob uma perspectiva histórica abrangem apenas os direitos à liberdade, segurança e propriedade.
  - (D) Compreendem, além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais, sendo que os últimos não são exigíveis.
  - (E) Correspondem aos direitos naturais e são protegidos por organismos internacionais.

**GRUPO IV - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS; LEGISLAÇÃO  
ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO; DIREITO AMBIENTAL;  
DIREITO SANITÁRIO; DIREITO DO CONSUMIDOR; DIREITO DA  
CRIANÇA E ADOLESCENTE E ESTATUTO DO IDOSO**

81) Marque a alternativa correta, segundo jurisprudência dominante do STJ.

- (A) A averbação da reserva legal configura-se como dever do proprietário ou adquirente do imóvel rural, independentemente da existência de florestas ou outras formas de vegetação nativa na gleba.
- (B) No caso de ação civil pública consumerista que envolva dano de âmbito nacional, o foro competente será, obrigatoriamente, o do Distrito Federal.
- (C) Inadmite-se, a teor do artigo 3º da Lei nº 7.347/85, a possibilidade de cumulação de obrigações de fazer, não fazer e de pagar quantia.
- (D) Por força da competência comum prevista pelo artigo 23, VI, da Constituição Federal, que confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a obrigação de proteger o meio ambiente e combater todas as formas de poluição, a responsabilidade civil do ente público é subsidiária.
- (E) A teor do disposto nos artigos 24 e 30 da Constituição Federal, os Municípios, no âmbito do exercício da competência legislativa, não estão vinculados à observância das normas editadas pela União e pelos Estados.

82) Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo prevê o artigo 16 do Código Florestal, a vegetação existente nas áreas de reserva legal é passível de corte, desde que haja projeto devidamente aprovado pelo órgão ambiental.
- (B) As áreas de preservação permanente existentes em determinado imóvel desapropriado são insuscetíveis de indenização.
- (C) A responsabilidade do adquirente de imóvel rural sem reserva legal averbada é subjetiva, na medida em que, se nenhuma anotação registral prévia havia, não se lhe pode impor a obrigação de restauração da área.
- (D) Admite-se a existência de reserva biológica privada, sendo a sua manutenção e operação delegadas a particulares.
- (E) À implantação de qualquer unidade de conservação impõe-se a prévia realização de consulta pública.

83) Assinale a alternativa correta.

- (A) A *ratio essendi* da competência para a ação civil pública ambiental fundamenta-se no princípio da efetividade, razão por que é no local do dano que o desate da causa há de operar-se.
- (B) O Município não é co-responsável pela regularização de loteamento irregular, na medida em que, além de ser tal encargo do loteador, o exercício do poder de polícia do ente local é discricionário.
- (C) Não se admite o chamado duplo licenciamento ambiental, porque não há atividades ou obras com importância simultânea para a Nação e para os Estados.
- (D) O conceito de meio ambiente previsto pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente confunde-se com o de bens ambientais.
- (E) Há isenção de Imposto Territorial Rural sobre o percentual de Reserva Legal devidamente averbado no Registro de Imóveis.

84) Segundo jurisprudência dominante do STJ, indique a assertiva correta.

- (A) A celebração de termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público e o poluidor retira a justa causa para o oferecimento de denúncia pelos eventuais crimes ambientais relacionados.
- (B) O elemento normativo "floresta", constante do tipo de injusto do art. 38 da Lei nº 9.605/98, também abarca a vegetação rasteira.
- (C) Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio.
- (D) A Justiça Federal não é competente para julgar ação penal decorrente de desmatamento em zona de amortecimento de Parque Nacional Ambiental porque, ainda que este integre o patrimônio da União, o mesmo não ocorre com a assim chamada zona de amortecimento.
- (E) O dever genérico de preservação e de proteção ambiental imposto a todo o cidadão pelo artigo 225, *caput*, da Constituição Federal atribui força suficiente para justificar a responsabilização penal por crimes comissivos por omissão.

- 85) Relativamente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é correto afirmar que:
- (A) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é constituído somente pelo conjunto das unidades de conservação federais e estaduais.
  - (B) as Unidades de Conservação previstas pela Lei nº 9.985/2000 podem ser de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
  - (C) nas Unidades de Conservação de Proteção Integral veda-se, inclusive, o uso indireto dos seus recursos naturais.
  - (D) é vedado ao Poder Público, a pretexto de criar Unidades de Conservação, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, porque tal conduta se caracteriza em indevida ofensa aos princípios da ordem econômica.
  - (E) eventuais corredores ecológicos relacionados à determinada unidade de conservação não devem figurar no plano de manejo desta, exatamente porque não a integram.
- 86) Quanto à Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto referir que:
- (A) por ser a água um bem público, a gestão dos recursos hídricos é centralizada no Estado.
  - (B) a Política Nacional de Recursos Hídricos tem por objetivo a utilização racional do recurso hídrico apenas para atender o consumo humano e a dessedentação animal, na medida em que se constituem em usos prioritários.
  - (C) aos comitês de bacias compete arbitrar definitivamente os conflitos pelo uso da água.
  - (D) haverá cobrança pelos usos dos recursos hídricos sujeitos à outorga.
  - (E) caberá aos municípios outorgar o uso das águas que pertençam a eles.
- 87) Relativamente à Política Nacional de Proteção ao Idoso, criada pela Lei nº 10.741/2003, é correto afirmar que:
- (A) decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público.
  - (B) nas ações civis públicas em defesa de direitos de idosos a regra da competência é aquela geral prevista pelo artigo 94 do Código de Processo Civil.
  - (C) a destinação constitucional de que o Ministério Público atue na proteção de direitos indisponíveis o impede de ajuizar ações de alimentos, considerando a natureza eminentemente negocial desta, em benefício de idosos.
  - (D) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos cessa com a morte do beneficiado.
  - (E) nos casos de apuração judicial de irregularidades de atendimento ao idoso, o afastamento do dirigente da entidade dependerá das provas produzidas no curso da instrução.

88) Ainda em relação à aplicação da Lei nº 10.471/2003, é certo afirmar que:

- (A) identificado o uso abusivo ou o desvio de finalidade no uso do mandato, apenas o idoso ou seus familiares é que poderão buscar a revogação da procuração concedida.
- (B) acaso o idoso não estiver em condições de optar pelo tratamento que lhe for mais favorável, inexistindo curador ou familiares conhecidos, tal escolha dar-se-á pelo próprio médico, comunicando-a ao Ministério Público.
- (C) a imposição de obrigação legal de comunicação de eventuais violações aos direitos dos idosos aplica-se apenas às autoridades competentes.
- (D) verificadas infrações por entidades de atendimento ao idoso, capazes de colocar em risco os direitos que lhes são assegurados, caberá ao Ministério Público promover a suspensão das atividades ou a dissolução da entidade, com a proibição do atendimento a idosos.
- (E) nos casos de apuração judicial de irregularidades de atendimento, o afastamento do dirigente da entidade dependerá das provas produzidas no curso da instrução.

89) Indique a afirmação correta.

- (A) As penalidades eventualmente impostas à entidade de atendimento a idosos dependerão tão-somente da natureza e gravidade da infração.
- (B) A autoridade administrativa somente aplicará sanções à entidade de atendimento a idosos depois que o Ministério Público e os Conselhos de Idoso também o façam.
- (C) O benefício da prioridade na tramitação processual não se entende ao assistente, ao oponente e ao nomeado à autoria com idade igual ou maior a 65 anos, justamente porque não são partes.
- (D) A obrigação da prestação de alimentos em favor do idoso é de natureza subsidiária.
- (E) A prioridade na tramitação processual não pode ser invocada pelo advogado maior de 65 anos de idade que representa partes da relação processual cujas idades sejam menores do que 60 anos.

90) No que tange aos atos de improbidade administrativa, correto é afirmar que:

- (A) pela característica da infração, o cometimento de ato de improbidade é exclusivo de agente público.
- (B) a Lei nº 8.429/92 somente prevê o integral ressarcimento do dano dolosamente causado ao patrimônio público.
- (C) a lesão a princípios administrativos contidos no art. 11 da Lei nº 8.429/92, em princípio, não exige dolo ou culpa na conduta do agente nem prova da lesão ao erário público.
- (D) a indisponibilidade dos bens do indiciado, haja vista sua exclusiva característica preparatória, também atinge o bem de família.
- (E) para o ajuizamento da ação civil pública de reparação por improbidade administrativa é imprescindível a prévia instauração, pelo Ministério Público, de procedimento administrativo.

91) Relativamente às disposições da Lei nº 10.671/2003, é correto afirmar-se que:

- (A) para os efeitos do Estatuto do Torcedor, somente a entidade detentora do mando de campo é que se equipara ao conceito de fornecedor.
- (B) a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é do Poder Público, por meio dos órgãos de segurança pública.
- (C) a defesa dos direitos do torcedor se opera apenas por meio dos órgãos de defesa do consumidor.
- (D) é possível que o mau torcedor, por provocação do Ministério Público, se veja impedido de comparecer às proximidades, bem como ao próprio evento desportivo, pelo prazo máximo de três meses.
- (E) a entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.

92) Indique a assertiva correta.

- (A) Considerando que o procedimento para apuração de ato infracional não se destina à aplicação de pena, mas tão-somente de medida sócio-educativa, descabido falar-se em prescrição.
- (B) A regra de isenção de custas e emolumentos prevista no § 2º do seu artigo 141 do ECA se destina às crianças e aos adolescentes quando partes autoras ou rés em demandas movidas perante a Justiça da Infância e da Juventude, estendendo-se, igualmente, a outras pessoas que porventura venham a participar dessas ações.
- (C) A regra do artigo 188 do Código de Processo Civil, que confere prazo em dobro para o Ministério Público e a Fazenda Pública recorrerem, é aplicável aos procedimentos afetos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porquanto não existe nenhuma determinação contrária à sua aplicação no ECA.
- (D) Para o Superior Tribunal de Justiça, a distinção estabelecida no artigo 81 do ECA das categorias "bebida alcoólica" e "produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica" não exclui aquela do objeto material previsto no delito disposto no art. 243 da Lei 8.069/90.
- (E) A multa imposta por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em linha o caráter repressivo que a legitima, subsume-se às regras do Direito Penal relativas à prescrição.

93) Assinale a alternativa certa.

- (A) A competência para processar pedido de adoção é a do domicílio dos pais biológicos do adotando.
- (B) O direito ao reconhecimento da paternidade é imprescritível, mesmo que atingida a maioria do autor antes da vigência da Constituição Federal de 1988 e do ECA.
- (C) Pessoas jurídicas não podem ser responsabilizadas por infrações administrativas cometidas, porque não se tem como, logicamente, entendê-la como dotada de vontade.
- (D) Ainda que desacompanhada das razões, seguindo-se a sistemática prevista pelo ECA, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de se conhecer de apelação interposta.
- (E) A extinção do poder familiar não faz desaparecer, como corolário, a obrigação de prestar alimentos.

94) Aponte a alternativa que contraria a orientação majoritária no STJ.

- (A) O prazo máximo para internação provisória, por se tratar de garantia de acusado, não pode, em hipótese alguma, sofrer qualquer sorte de flexibilização que determine a sua extrapolação.
- (B) Não se admite internação provisória em situações em que o ato infracional não ostente gravidade ou violência.
- (C) Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a internação-sanção, observadas as condições fático-jurídicas, não prever prazo de máximo de duração.
- (D) Ainda que confesso, o adolescente, no procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, não se admite a desistência de outras provas.
- (E) A aplicação das medidas sócio-educativas é determinada pela idade do infrator à época do fato, sendo irrelevante que atinja os 18 anos no curso da medida sócio-educativa e, ainda, a redução da maioria civil operada pelo novo Código Civil.

95) Relativamente às relações consumeristas, é correto afirmar que:

- (A) a simples aquisição ou utilização de produtos ou serviços em benefício próprio, isto é, para satisfação de suas necessidades pessoais, sem ter o interesse de repassá-los a terceiros, nem empregá-los na geração de outros bens ou serviços, não é bastante para qualificar uma pessoa jurídica como consumidora.
- (B) ao dizer que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, o artigo 1º da Lei 8.078/90 faz indisponíveis os direitos outorgados ao consumidor.
- (C) ainda que o vício seja oculto ou de difícil constatação, o prazo decadencial inicia-se a partir da aquisição do produto.
- (D) exatamente porque as normas do CDC são de ordem pública e de interesse social é que o fornecedor não poderá limitar ou restringir a garantia legal de adequação de produtos ou serviços (art. 25), e, em o fazendo, tal poderá ser considerado como prática abusiva.
- (E) relativamente à desconsideração da personalidade jurídica, o Código de Defesa do Consumidor acolheu teoria que proclama a necessidade da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.

96) Aponte a alternativa que destoa do entendimento dominante do STJ relativamente às relações consumeristas.

- (A) Em se tratando de relação de consumo e sendo hipossuficiente o autor, cabível a inversão do ônus da prova, o que não tem o efeito de obrigar a parte contrária arcar com o custo da prova requerida pelo consumidor, mas tão-somente arcar com as conseqüências processuais advindas de sua não-produção.
- (B) A empresa que integra, como parceira, a cadeia de fornecimento de serviços é responsável solidária pelos danos causados ao consumidor por defeitos no serviço prestado.
- (C) A circunstância de o adquirente não levar o veículo para conserto, em atenção a *recall*, isenta o fabricante da obrigação de indenizar.
- (D) Embora o Código de Defesa do Consumidor não retroaja para alcançar contratos celebrados anteriormente a sua vigência, tal prescrição não se aplica àqueles de trato sucessivo.
- (E) Após a vigência do novo Código Civil, os contratos de transporte de pessoas ficam sujeitos ao prazo prescricional específico do artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor.

97) Em relação ao Sistema Único de Saúde é correto afirmar que:

- (A) o artigo 196 da CF pressupõe que o Estado deve garantir não apenas serviços públicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas adotar políticas econômicas e sociais que melhorem as condições de vida da população, evitando-se, assim, o risco de adoecer. Nesse contexto, surgem determinantes e condicionantes (alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, renda, trabalho, educação, transporte etc.), impondo aos órgãos que compõem o Sistema Único de Saúde o dever de identificar esses fatos sociais e ambientais e ao Governo o de formular políticas públicas condizentes com a elevação do modo de vida da população.
- (B) pela relevância que têm, é possível o financiamento, com recursos da área da saúde, das condicionantes econômico-sociais relacionadas ao SUS.
- (C) a assistência terapêutica é integral, haja vista a regra da universalidade, independente de o paciente optar pelo sistema privado, no que lhe for objeto de eventual cobertura derivada de plano de saúde.
- (D) a assistência farmacêutica, como parte integrante da assistência terapêutica integral, compreende o fornecimento, a qualquer paciente, do medicamento que lhe foi receitado por profissional de saúde.
- (E) tendo em linha a natureza e o financiamento público das ações de saúde por parte do Sistema Único de Saúde, não se admite, sequer de forma indireta, a participação da iniciativa privada naquelas.

98) Indique a assertiva correta.

- (A) A internação para pessoas portadoras de transtornos mentais, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- (B) Pacientes portadores de transtornos mentais poderão ser internados em instituições com características asilares.
- (C) O Ministério Público será sempre, no prazo máximo de 72 horas, independente da modalidade de internação, comunicado da sua ocorrência.
- (D) A regra da acessibilidade limita-se a barreiras físicas, ou seja, a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, e dos transportes, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (E) O tratamento em regime de internação, pelo caráter excepcional que tem, apenas oferecerá ao paciente serviços médicos.

99) Relativamente à estrutura institucional do Ministério Público, é certo dizer que:

- (A) na competência reconhecida ao Ministério Público, pelo artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, para propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares, não compreende a de propor a fixação dos respectivos vencimentos, bem como a sua revisão.
- (B) o reconhecimento da autonomia financeira em favor do Ministério Público permite que a Instituição formule seu orçamento, indicando-o, apenas, ao Poder Executivo, para fins de execução.
- (C) há ofensa aos princípios da unidade e da indivisibilidade quando dois Promotores de Justiça, na fase pré-processual, dão classificação diversa ao delito, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça solver tal conflito.
- (D) o princípio do Promotor Natural consagra dupla garantia. Assegura tanto a ordem jurídica, na medida em que reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e predeterminados, estabelecidos em lei, quanto o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno e independente do seu ofício.
- (E) as prerrogativas de foro dos membros do Ministério Público também se estendem aos inativos porque, finalisticamente, retratam garantias dirigidas à instituição como forma de viabilizar, em plenitude, a independência funcional do *Parquet*.

100) Indique a assertiva correta, nos termos da Lei n.º 8.625/93.

- (A) A eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público dar-se-á, pela classe, mediante voto plurinominal, cabendo a Chefe do Ministério Público nomeá-lo.
- (B) O membro vitalício do Ministério Público perderá o cargo depois de condenado, definitivamente, em processo criminal.
- (C) As recomendações feitas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público aos órgãos de execução tem caráter vinculativo.
- (D) O Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público são órgãos de execução.
- (E) Em obediência ao Princípio do Promotor Natural, é absolutamente vedada a designação de outro Promotor de Justiça para atuar em processo ou procedimento de atribuição de outro.